

ILHAS MALVINAS: A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA BRITÂNICA E A POLÍTICA EXTERNA DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Rogério do Nascimento Carvalho¹

Resumo: O presente estudo visa trazer a superfície do conhecimento um dos embates diplomáticos que se arrastam por mais de um século entre os Governos britânico e argentino pelo território das Ilhas Malvinas. Enquanto um se baseia no direito histórico, o outro pela permanência do seu poderio marítimo. O que ganhou força após as descobertas e exploração de reservas de petróleo e gás, levando as duas a contar com apoio de seus aliados. De um lado, o Reino Unido tem mostrado a sua influência sobre essa região e as suas reais intenções. Ao mesmo tempo, os países sul-americanos têm favorecido suas políticas externas e demonstrando apoio e interesse pela soberania argentina. O artigo tem cunho pesquisa bibliográfica, exploratório se baseando em estudos, dados, documentos e reportagens que refletem esse contorno geopolítico.

Palavras chave: Reino Unido – Argentina – Geopolítica – Ilhas Malvinas

INTRODUÇÃO

O presente visa trazer a discussão o novo cenário geopolítico e econômico que as Ilhas Malvinas, território ultramarino do Reino Unido localizado no Atlântico Sul, tem ganhado destaque nessas últimas três décadas.

O arquipélago é ainda um território de conflito diplomático entre a Coroa britânica e o Governo argentino, que desde 1833 reivindica o domínio daquela região. Baseando-se em Tratado de Tordesilhas (1492) sendo este que consignou à Espanha a posse das ilhas e à Argentina como sucessora quando do processo de independência. Ao mesmo tempo, mostrar quais os interesses que levam o Reino Unido a manter essa região sob sua tutela.

Mesmo ciente da recém-descoberta de petróleo e gás na área marítima que circunda as ilhas Malvinas, observa que a questão se encontra sem solução definitiva em curto prazo. Há de ressaltar aqui o interesse que o arquipélago proporciona no tocante a projeção de poder sobre terra no continente antártico, ao mesmo tempo garantir rotas marítimas para o próprio Reino Unido e seus aliados e organizações internacionais que esteja presente.

Esse contexto internacional provoca implicações geopolíticas na América do Sul, e, nos últimos anos, a Argentina, apoiada pelos vizinhos sul-americanos, imprime uma crescente agressividade em sua política externa, baseada no direito internacional e busca junto a organismos internacionais a abertura de negociações para dirimir esta questão.

A maior contribuição do presente trabalho será em ofertar um olhar mais crítico, dentro do meio acadêmico, acerca de países como o Reino Unido², analisando a sua geopolítica e sua influência no Atlântico Sul, cujo recorte físico é estabelecido na região do arquipélago que envolve as Ilhas Malvinas³, bem como apontar diretrizes para as novas

¹ O autor é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, além de Advogado, bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas de Guarulhos, pós-graduado em direito público pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, professor universitário na Faculdade de Caldas Novas – GO (UNICALDAS).

² Reino Unido - Entende-se por Reino Unido o conjunto de países que são formados pela Inglaterra, País de Gales e Escócia (estes formando o que conhecemos por Grã-Bretanha) mais a Irlanda do Norte, cujo nome oficial é Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Trata-se de um Estado soberano e para efeitos deste trabalho as referências utilizadas recairão na nomenclatura “Reino Unido”. Cabe aqui uma observação de que em relação a competições esportivas, com exceção dos Jogos Olímpicos, estes países competem cada um sob a sua bandeira, ou seja, separadamente, a exemplo da Copa do Mundo de Futebol

³ Ilhas Malvinas (Falkland) - As Ilhas Malvinas estão localizadas abaixo do paralelo 50°S, cerca de 740

riquezas descobertas nesta área e seus consequentes conflitos.

É pela vertente de uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, quantitativa que se buscará aprofundar o conceito da geopolítica britânica, bem como a questão da legalidade ou ilegalidade da posse britânica faces abordadas no presente trabalho.

DESENVOLVIMENTO:

Reino Unido: controle de área marítima no entorno das ilhas Malvinas.

O Reino Unido é formado por ilhas e não está conectado fisicamente com o continente europeu. Este possível isolamento lhe deu vantagens marítimas, e aos britânicos a buscar por transporte de bens comerciais e uma forma de superar a fragilidade que possuem nas suas terras, que são pobres para a prática agrícola.

Com a força direcionada ao transporte marítimo, a consequência lógica foi o desenvolvimento de uma forte marinha de guerra, que vai dar aos britânicos o domínio dos mares e o poder marítimo, já no século XVIII.

Segundo MAHAN (1987)⁴, expõe que a exploração das riquezas do mar é feita pelos Estados que possuem o domínio do mar, expressado por meio de seu poder naval, por isso a importância de desenvolver a Marinha de Guerra, que vai proteger as linhas de comunicação e dissuadir eventuais inimigos.

A geopolítica britânica cresce fortemente em fins do século XVIII, cuja base é não europeia, mas sim de cunho colonial. O Reino Unido vai preconizar sua política baseada no seguinte tripé: obtenção de colônias, investir fortemente na “*Royal Navy*” (Marinha Britânica) e na Revolução Industrial que vai se traduzir na nova maneira de organizar a produção/consumo de bens.

Com o intuito de manter seu poder e de afastar concorrentes como a França e da unificada Alemanha, que ao chegar tarde à corrida colonial necessitava de possessões com riquezas para fomentar seu crescimento, o Reino Unido vai buscar possuir uma rede de bases navais no mundo, e na região do Atlântico Sul vai se localizar nas Ilhas Malvinas.

Toda essa precaução visa não perder o controle marítimo dos mares do mundo e de garantir o comércio britânico, o que deixaria o Reino Unido com visibilidade global, bem como o de possuir influência na região do Atlântico Sul,.

Através de uma análise dos documentos oriundos do Governo britânico que envolvem a sua geopolítica encontraremos no “*The Strategic Defence and Security Review*” (2010), a maneira como o Reino Unido defende os territórios ultramar, em especial no Atlântico Sul, e afirmar sua rede de bases operacionais.

A importância geopolítica do Atlântico Sul para o Reino Unido, no período da Guerra Fria (1947-1989), pode também ser observada por três enfoques: o primeiro, dado pela nacionalização do Canal de Suez, em 1956, pelo Egito, seguido pelo processo de independência de países da costa atlântica da África, e por fim, o interesse da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na região, hoje substituído pela China.

Na mesma época em que as Malvinas fora objeto de um conflito armado, ocorrido em 1982⁵, vencido pelo Reino Unido, e que atualmente é objeto de crescentes protestos por parte

quilômetros a leste da Argentina, a 480 km a noroeste extremo sul da América do Sul. Um arquipélago formado por duas ilhas maiores e outras 200 ilhas menores, que totalizam uma área de 8.704 km²

⁴ MAHAN, A.T. *The Influence of Sea Power upon history 1660-1783*. New York: Dover Publication, 1987

⁵ Guerra das Malvinas foi um confronto armado iniciado em 02 de abril de 1982 e encerrado em 14 de junho do mesmo ano.

da Argentina, porém essa tensão pode levar a exacerbação de um conflito, que encontra-se não resolvido.

As questões que surgem oriundas deste conflito repousam no ditame de recentes descobertas de petróleo e gás natural que levam o Reino Unido a manter consideravelmente seus investimentos na área de segurança na região.

As recentes descobertas de petróleo na região podem aumentar o tráfego comercial no Atlântico Sul, em especial nas ilhas Malvinas, visto que a geração de divisas pode chegar ao montante de US\$ 180 bilhões⁶ na exploração comercial. Já que atualmente a geração de divisas nas ilhas Malvinas representam US\$ 40 milhões, sendo estes majoritariamente advindos da pesca (60%), em seu Produto Interno Bruto (PIB)⁷.

Com essas novas descobertas, há novos contornos geopolíticos que hodiernamente vão aflorar novos debates acerca da legalidade ou ilegalidade da posse britânica nas ilhas Malvinas, e o interesse da Argentina em promover junto a comunidade internacional seus anseios de retomada das ilhas, valendo-se de argumentos históricos que remontam ao Tratado de Tordesilhas (1492)⁸, e da invasão britânica em 1833⁹.

Para o Reino Unido, a posição estratégica das ilhas Malvinas no Atlântico Sul possui o condão de recuperação de seu dinamismo econômico, o que será proporcionado pela exploração dos recursos naturais oriundos do arquipélago¹⁰, que ganha força com as descobertas de reservas petrolíferas, aumentando a importância desta área localizada a sul do continente americano que é um aporte estratégico militar, econômico sobre os mares e oceanos que se encontram.

A fim de obter uma melhor compreensão acerca do domínio britânico é salutar discorrer sobre a importância da proteção do tráfego marítimo. O Reino Unido, discernindo acerca de que sua posição privilegiada nas Ilhas Malvinas lhe proporciona o controle do Cabo Horn e do Estreito de Magalhães – que são importantes na rota da travessia Atlântico-Pacífico e, por conseguinte, lhe dá acesso privilegiado aos mercados asiáticos.

Alfred Mahan influencia toda uma geração de pensadores em sua obra *The Influence of Sea Power upon History*¹¹, no tocante ao poder marítimo, e que países como o Reino Unido vão utilizar para justificar o controle do mar pelo quatro cantos do globo, pois a manutenção do poder naval era primordial; portanto, o Reino Unido encontra, dentro do pensamento exarado por MAHAN o escopo para dominar a área das ilhas Malvinas.

Desta maneira, corrobora o posicionamento de REIS (2014)¹², que denota a necessidade da presença e visibilidade para garantir, através da superioridade naval, uma projeção de poder perante o mundo, o que lhe deixa com posição de respeito diante de outros Estados.

Para melhor elucidação da aplicação da geopolítica, recorremo-nos à teoria de Spykman¹³, onde ele expõe que a América poderia sofrer invasão tanto de europeus, ou seja,

⁶ Dados obtidos através da reportagem de Viviana Garcia à Exame “*Petróleo e turismo podem ser futuro econômico das Malvinas*” publicada em 13 mar 2013 < <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/petroleo-e-turismo-serao-futuro-economico-das-malvinas>> Acesso em 17jul 2015

⁷ Id.7

⁸ Tratado de Tordesilhas (1492), no qual foi estabelecido a divisão do Novo Mundo entre as Coroas Ibéricas

⁹ As Malvinas foram território que pertenceu aos governos holandeses, espanhol, argentino e por fim britânico.

¹⁰ Id, 2013.7

¹¹ MAHAN, A.T. *The Influence of Sea Power upon history 1660-1783*. New York: Dover Publication, 1987.

¹² REIS, R G G. *Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: 2T/2014

¹³ Ao elucidar da aplicação da geopolítica, recorremo-nos à teoria de Spykman, onde ele expõe que a

a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que era considerada a ilha- mundo, quanto de asiáticos. Sua Estratégia da Contenção visou barrar esses atores das Américas. Interpretando essa teoria no nosso estudo, deduzimos que o cordão de ilhas que o Reino Unido possui no Atlântico Sul, e que em uma das extremidades está localizada as ilhas Malvinas, serve a este propósito até os dias atuais.

A motivação britânica para justificar sua presença nas ilhas Malvinas perpassa pelo pressuposto de dominação no Atlântico Sul. Todavia, a posição geográfica das ilhas representa ao Reino Unido uma estratégia para dissuadir a presença de demais potências em ascensão, que denota o anseio britânico pelo domínio dos oceanos do mundo (MELLO, 1999)¹⁴.

Entretanto, estas posições acima descritas estão mais focadas nas razões de cunho militar, o que era mais pertinente até o período das Grandes Guerras Mundiais do século XX (1914-1918 e 1939-1945), pois houve batalhas entre britânicos e alemães. Todavia, esse panorama alterou para um viés econômico, e nos dias atuais a atividade pesqueira e turística movimentam as ilhas Malvinas e a perspectiva do impacto da descoberta de recursos energéticos é que mantém o interesse do Reino Unido pela área.

ROBSON (apud OLIVEIRA, 2011)¹⁵ assevera que na região do Atlântico Sul há uma disputa fronteiriça nas Ilhas Malvinas que pode evoluir para um conflito marítimo cujo objetivo “ é o potencial para exploração de recursos na região”

O eixo do presente artigo está calcado sob dois pilares que, em conjunto, dão a dimensão dos ditames aqui a ser exarados. Por um lado, o posicionamento das ilhas Malvinas (Geopolítica), aliado a descoberta de novas riquezas econômicas (petróleo e gás), formam o arcabouço de identificar e responder a problemas na região.

ILHAS MALVINAS: um território ultramarino britânico

MACKINDER (1902)¹⁶, célebre inglês que ficou conhecido pela teoria do poder terrestre, faz uma abordagem pertinente acerca da presença britânica em seus territórios ultramar e assim afirma:

Thus the Mediterranean fleet, while maintaining the imperial road, subserves also the purpose of the defence of the island. Owing to the continuity of the ocean and to the consequent mobility of sea power, the same may be said of every British squadron, whether in the Indian Ocean, at the Cape, in the China seas, in the Australian seas of the Pacific Coast of America, in the West Indies, or at the Falkland Islands. The strength of each is adjusted to the number of foreign ships in the same waters, because each foreign ship in a distant sea is absent from the neighbourhood of Britain itself.¹⁷

América poderia sofrer invasão tanto de europeus, ou seja, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que era considerada a ilha-mundo, quanto de asiáticos. Sua Estratégia da Contenção visou barrar esses atores das Américas. Interpretando essa teoria no nosso estudo, deduzimos que o cordão de ilhas que o Reino Unido possui no Atlântico Sul, e que em uma das extremidades está localizada as ilhas Malvinas, serve a este propósito até os dias atuais.

¹⁴ MELLO, L I A. *Quem tem medo da Geopolítica*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1999.

¹⁵ OLIVEIRA, M A G. (org.). *Comparando a defesa sul-americana*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011

¹⁶ MACKINDER, John Halford. *Britain and British seas*. New York: D. Appleton and Company, 1902

¹⁷ “Assim, a frota mediterrânea, mantendo ao mesmo tempo a estrada imperial, subserva também o objetivo da defesa da ilha. Devido à continuidade do mar e para a consequente mobilidade do poder naval, o mesmo pode ser dito de cada esquadra britânica, quer no Oceano Índico, no Cabo, nos mares da China, nos

As ilhas pertencentes ao Reino Unido no Atlântico Sul remontam a aspectos importantes, como a necessidade de ter pontos de passagem para suas possessões na Ásia. Como ilustra REIS (2014, 35)¹⁸ estas ilhas "transmite uma mensagem simbólica do poder do Estado no mar. É um exemplo prático e real do Sea Power como concepção política e estratégica".

Entretanto, com o protesto argentino questionando a soberania das ilhas e o conflito armado nos anos 80 de século passado, o Reino Unido vai procurar formas de manter esse território chave sob sua influência.

É interessante ressaltar as razões da importância das ilhas Malvinas para o Reino Unido reside no fato de que estas ilhas representam a base territorial mais importante do Atlântico Sul Oriental, além de ser o centro de uma das últimas áreas de pesca do Hemisfério Sul.

A motivação britânica para justificar sua presença nas ilhas Malvinas perpassa pelo pressuposto de dominação no Atlântico Sul. Todavia, a posição geográfica das ilhas representa ao Reino Unido uma estratégia para dissuadir a presença de demais potências em ascensão, que denota o anseio britânico pelo domínio dos oceanos do mundo (MELLO, 1999)¹⁹.

ROBSON (apud OLIVEIRA, 2011)²⁰ assevera que na região do Atlântico Sul há uma disputa fronteiriça nas Ilhas Malvinas que pode evoluir para um conflito marítimo cujo objetivo "é o potencial para exploração de recursos na região"

GRAY (2006, 69)²¹ ao expor acerca do passado do poder marítimo britânico relevante a este estudo assim expõe:

a study of the British experience with sea power over the past four centuries yields a rich haul of strategic history for careful exploitation by theorists. provided general propositions about the land and sea, and later the air, are recognized always to have applicability governed by local detail, the realms of strategic theory and history can cooperate to mutual advantage. Viewed in the context of statecraft and conflict as a whole, British sea power over several centuries is a treasure trove of historical evidence which positively beckons for broad-gauged interpretation²².

Igualmente, apontaremos e discutiremos alguns dos problemas de soberania na região e como os atores locais a interpretam de maneira a lhes favorecer em suas pretensões. Atualmente há uma dimensão que envolve outros países fora da área desta discussão, como a Rússia e a China, o que mostra a importância em nível mundial do Atlântico Sul nos dias atuais.

mares australianos da Costa do Pacífico de América, nas Índias Ocidentais, ou nas Ilhas Malvinas. A força de cada um é ajustado ao número de navios estrangeiros nas mesmas águas, porque cada navio estrangeiro em um mar distante está ausente do bairro da própria Grã-Bretanha". (tradução nossa).

¹⁸ Ibid, 2014

¹⁹ Ibid, 1999.

²⁰ Ibid, 2011

²¹ GRAY, C S. *Strategy and History. Essays on theory and practice*. New York and Oxon: Routledge, 2006.

²² "um estudo sobre a experiência britânica com o poder do mar ao longo dos últimos quatro séculos proporciona uma rica curso da história estratégico para a exploração cuidado pelos teóricos. fornecida proposições gerais sobre a terra e o mar, e mais tarde o ar, são reconhecidas sempre ter aplicabilidade regido por detalhe local, os reinos da teoria estratégica e história podem cooperar para benefício mútuo. Visto no contexto da política e do conflito como um todo, o poder marítimo britânico ao longo de vários séculos é um tesouro de evidência histórica que acena positivamente para a interpretação ampla aferida" (Tradução nossa).

A descoberta de riquezas nas ilhas Malvinas e o conflito latente

O Reino Unido possui interesse nas Ilhas Malvinas como uma possível alternativa de riquezas, o que é confirmado pela recém-descoberta de petróleo e gás na região, e por isso, o controle e a presença no Atlântico Sul é vital para o acesso (e defesa) a estas descobertas, o que justifica as volumosas somas de investimento militar britânico em ascensão na região. Há de se ressaltar aqui o interesse que o arquipélago proporciona no tocante a projeção de poder sobre o continente antártico.

Prevalencia no parlamento britânico, em fins da década de 70 do século passado, que a descoberta de jazidas nas ilhas Malvinas deveria ser objeto de uma maior atenção do Reino Unido. Neste ínterim, MARGHERITIS (1991, 119), sintetiza essas preocupações e assim descreve: “manter uma presença constante e ativa na defesa de seus interesses estratégicos no Atlântico Sul e como uma das possíveis fontes de sustentação das Ilhas”²³

Moniz Bandeira (2012) destaca o trabalho da British Geological Survey, que em 1993 anunciava no entorno de 200 (duzentas) milhas das ilhas Malvinas existiriam reservas capazes para uma produção de 500.000 barris/dia (NIKANDROV, 2010 apud BANDEIRA, 2012)²⁴.

Este entorno estratégico malvinense, confirmado o volume de extração de petróleo de referida área, permitirá ao Reino Unido vencer os obstáculos econômicos, proporcionando novo impulso e dinamismo à sua economia e voltar a figurar como uma das maiores riquezas do globo.

Acredita-se que a receita oriunda da exploração do petróleo pode quadruplicar a receita atual das ilhas Malvinas, que atualmente está calcada nas atividades de pesca e de turismo e que essas atividades somadas geram anualmente cerca 120 milhões de euros ao Produto Interno Bruto das ilhas. (GARCIA,2013)²⁵.

O Reino Unido, como parte integrante da União Europeia, obtém, através do Tratado de Lisboa (2009)²⁶, em seu anexo II, modificar, dentro do Tratado da União Europeia que vai incluir as ilhas Malvinas com status diferenciado, no regime de “Associação dos Países e territórios ultramar”, com esses direitos procura aproximar ainda mais os habitantes locais de uma chancela europeia, o que vai na contramão de uma solução pacífica com a Argentina, agravando mais o conflito.

Já que a política do Reino Unido para as Ilhas Malvinas e as decorrências que esta impõe para a região e como esta pode vir a gerar conflito, com base na análise da “pax britannica” se amolda nos ditames de comprovar não só a superioridade do Reino Unido ante

²³ MARGHERITIS, Ana. *Os recursos energéticos das ilhas Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v.13, n.1, jan/jul 91, pp 111-132. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Margheritis_vol13n1.pdf>. Acesso em : 17 jul 2015.

²⁴ BANDEIRA, L. A. Moniz. *Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica*. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 11, n. 132, p. 157-165, maio 2012. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../9113>. Acesso em: 26 jul. 2015

²⁵ GARCÍA, V. *Petróleo e turismo podem ser futuro econômico das Malvinas*. **Exame**. Mundo. 13 mar 2013. Disponível em: (<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/petroleo-e-turismo-serao-futuro-economico-das-malvinas>). Acesso em: 17 jul 2015

²⁶ Tratado de Lisboa - também conhecido como o Tratado Reformador, foi assinado pelos Estados- membros da União Europeia (UE) em 13 de dezembro de 2007, e que reformou o funcionamento da União em 1 de dezembro de 2009, e trouxe mudanças significativas para os seus membros. <http://europa.eu/consolidated-treaties_pt.pdf>

outros Estados, mas também a motivação para obter poder, através da superioridade naval.

Porém o cenário de entendimento entre as partes torna-se cada vez mais distante, como o episódio ocorrido em 02 de abril de 2015, a data em que se comemora o aniversário de início da Guerra das Malvinas, foi anunciada que haviam encontrado, após nove meses de perfuração, petróleo e gás no primeiro poço.

O resultado gerou grande comoção do governo argentino que pretende mover judicialmente uma ação contra as cinco empresas, sendo três do Reino Unido e duas dos Estados Unidos. Como enfatiza o chanceler argentino, Héctor Timerman “que o governo argentino espera que a justiça condene quem usurpa e rouba o que é parte das riquezas naturais da Argentina”.

Além de Buenos Aires alegar que as companhias petrolíferas desobedecem à resolução da ONU que determina que nenhum dos dois países possa tomar decisões unilaterais sobre este tema. O que levou os dois países a convocarem seus embaixadores um do outro para devidas explicações.

Em meio a esse conflito eis que surge um novo alarmante, a espionagem do Reino Unido sobre o governo argentino, entre os anos de 2006 e 2011, como foi publicado na imprensa um dia após as comemorações do 33º ano da Guerra das Malvinas. O que gerou explicações do embaixador britânico, John Freeman, no qual se baseiam os documentos controversos que vazaram a imprensa sobre arquivos do ex- analista de inteligência, Edward Snowden. (EXAME, 2015)

Enquanto a Argentina acusa o Reino Unido de fortalecimento armamentista na região, que vai ao encontro do que o ministro da defesa britânico, Michael Fallon alega “que a Argentina é uma ameaça viva”. (PORTAL ANGOLA PRESS, 2015).

O que pode ganhar ainda mais força após a visita de Christina Kirschner a Moscou, em abril de 2015, quando se encontrou com o Presidente russo, Wladimir Putin, para discussão e firmarem os acordos com foco na área de energia nuclear e discutirão possíveis convênios voltados aos setores de infraestrutura e petróleo. Porém, apesar da Rússia ser apenas o 29º parceiro financeiro da Argentina e a balança comercial está desfavorável à Argentina, especialistas creem que essa visita tem mais cunho político. (OLMOS, 2015). Porém como foi noticiado “A Rússia vai enviar para a Argentina doze bombardeiros, em troca de carne e trigo argentinos. A Grã-Bretanha reforçou os seus meios militares nas Malvinas” (CABRAL, 2015).

ARGENTINA: O apoio sul-americano em defesa da soberania argentina

A política externa dos países da América do Sul, em especial o Brasil dá apoio aos protestos da Argentina em relação às Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgia do Sul. Este conflito latente é o principal foco que envolve um país extrarregião e que olhos que vão além do Atlântico Sul. A OTAN²⁷ manifesta claramente no sentido de assegurar o controle do Atlântico Sul para preservar o interesse nas riquezas a serem descobertas, e conseqüentemente, exploradas.

²⁷ OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou NATO (North Atlantic Treaty Organization) é uma organização militar que se formou no ano de 1949, que visa garantir a segurança militar no continente europeu e exercer influências nas decisões geopolíticas da região. Hoje formada pelos países Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Países Baixos, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia, Hungria, Polônia, República Tcheca, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e aEslovênia.

Com a exploração de petróleo na região pelo Reino Unido, a Argentina vai buscar nos foros regionais do MERCOSUL²⁸ e UNASUL²⁹ apoio, e que por sua vez, vão corroborar com o anseio argentino. Pela primeira vez há de se contabilizar apoio sul americano ao pleito argentino e a consequente repulsa a pretensão britânica na região.

Este apoio vai de encontro ao desejo dos países sul americanos em deixar consignado que a região tem o ethos pacífico, por isso o apoio uníssono à Argentina.

No caso do Brasil, nossa política externa já está orientada desde 1833 onde permanece consignada a posição histórica brasileira³⁰, e mesmo com argumento britânico que pugna pelo princípio da autodeterminação dos povos, e este deve ser afastado porque não há no que afirmar que nas Ilhas Malvinas havia uma população perene, por isso, há de se levar em consideração que a Argentina é a prejudicada nesta contenda, portanto, a decisão final deve estar com substrato no princípio da integridade territorial dos Estados.

Aqui temos que pensar na memória, no conceito de nação, de soberania e nas alianças continentais, bem como nas relações de poder, dentro dos saberes e das práticas que foram subjulgados os povos que lá vivem e como esta influência mexe na cultura e no cotidiano dos habitantes daquela localidade.

A atitude colonialista persistente da Grã-Bretanha fere os princípios basilares do direito internacional, bem como o emanado da Organização das Nações Unidas que unge sob os holofotes da autodeterminação dos povos.

Em paralelo a essas parcerias também é preciso ressaltar que o Brasil através do MERCOSUL: Argentina, Uruguai, Paraguai e agora a Venezuela, UNASUL e na ALBA³¹ dá apoio às pretensões argentinas, pois somente com a restauração da soberania argentina, haverá o respeito à cultura e as tradições e não a perpetuação da colonização que se tem mostrado permanente.

Como é caso de ações que reforçam esse apoio ao governo argentino, como a determinação do Presidente de UNASUL que proibiu o ataque de navios com bandeira das Ilhas Malvinas em portos de países do bloco (ESTADO S. PAULO, 2011).

Porém em decorrência da dependência argentina em relação ao mercado global, no que tange na economia, seu sucesso no feito depende de outros fatores, e o mundo assiste um misto de ceticismo e desilusão com essa relação que mais nos remonta a época da independência, agora já não mais da Espanha, mais sim de uma Grã-Bretanha forte que parece não almejar negociar a soberania e nem ao menos sentar para conversar, em mesas de

²⁸ Mercado Comum da América do Sul que surgiu através do Tratado de Assunção, em 1991, numa parceria entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Hoje o bloco econômico conta ainda com os Estados Associados: o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004); Guiana e Suriname (2013) e a Bolívia (em processo de adesão)

²⁹ A UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) é um bloco, criado formalmente em 23 de maio de 2008, que visa a fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as doze nações da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela –, além da participação, como observadores, de dois países da América Latina: México e Panamá.

³⁰ <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/malvinas-apoio-brasileiro-a-argentina-e-antigo-diz-governo>

³¹ Alternativa Bolivariana para as Américas, formada em 2006, pelos países Venezuela, Bolívia e Cuba tem como principal objetivo integrar diversos países da América Latina e também do Caribe, que tem a intenção de ser uma alternativa em relação à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas); sendo formada atualmente pela Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua e Dominica, além do interesse de países como Equador e São Vicente e Granadinas de ingressar nesse bloco.

negociações, para pontuar condições ou mesmo cláusulas e prazo para devolução.

É sob prisma do dinamismo atual da realidade argentina, em especial na economia e na política que se fortalece o fenômeno recorrente. Já que a soberania das Malvinas é usada por alguns presidentes argentinos para disfarçar o fracasso de planos econômicos e há um nacionalismo disfarçado, muito difundida entre a mídia nacional argentina, a fim de elucidar se essa força tem se tornado realmente uma consciência na população ou somente uma válvula de escape para fugir da realidade, a fim de proporcionar a troca de atenção do povo do insucesso político e econômico como condições pré-estabelecidas e desejadas pelos governantes e fazer a massa de manobra com fundo nacionalista e anti-imperialista.

Enquanto o Estado argentino tenta através de uma negociação por intermédio das Nações Unidas em assumir definitivamente o arquipélago, a Grã Bretanha se recusa em participar de negociações para um possível acordo entre os dois países. Reflexo que se deu no plebiscito ocorrido em março de 2013, no qual os kelpers (moradores das Ilhas Malvinas) optaram por 98,8% pela permanência como área dependente do governo inglês (GLOBO.COM, 2013).

Como defende Esse & Rodrigues (2013):

“o ponto mais crítico da disputa não é apenas a pretensão territorial, mas sim a colonização pelos britânicos das ilhas. É em virtude desta colonização que, a população ali já existente, se considera britânica e não Argentina, por se identificar em todos os aspectos culturalmente, muito mais com o país Europeu, do que com o país mais próximo que a reivindica. Tal consideração pelos moradores da ilha, já foi provada inúmeras vezes, através de consultas realizadas junto à população e, esta reafirmou a inexistência de interesse de pertencer ao país sul-americano”.

Igualmente, abordar-se a questão relacionada e circunscrita na falta de capacidade do governo inglês em criar as condições e ambiente favoráveis para as discussões de como devolver a soberania de referidas ilhas à Argentina, sem o incólume das relações comerciais internacionais, ou ainda, o desejo de com a posse das ilhas, possuir um posto avançado de defesa e observação no Atlântico Sul.

Além de verdadeiras discussões e trocas de acusação como a vinda do Príncipe William, o segundo na sucessão do trono do Reino Unido, em atividades militares em solo das Malvinas, que levou o vice-presidente argentino, Amado Boudou, a declarar que “o Governo do Reino Unido de tentar encobrir problemas internos, como o desemprego e o separatismo escocês, com "bravatas" em relação às Ilhas Malvinas.” (ESTADO S. PAULO, 2012).

Olhando a sociedade argentina, denotaremos a complexidade de sua sociedade, bem como a preocupação de suas fronteiras, com disputas marítimas e territoriais e nos atentarmos ao fato da Grã-Bretanha não enxergar nas Malvinas uma possibilidade de neocolonialismo, pois devido ao fato da mesma querer fincar sua soberania a força, perceberemos que há uma manipulação inglesa em organismos internacionais no sentido de não permitir um leal debate e respeito às normas por eles produzidas e assinadas.

Entretanto, com o posicionamento da Argentina no século passado e no limiar deste milênio está calcado na reintegração das Malvinas, porém sua crise econômica interna aliada ao descrédito de seus títulos no exterior traz um desafio de construir uma nova ordem mundial, juntamente com outros países da América Latina que seja multipolar.

O desafio aqui se traduz na transformação dos órgãos de hegemonia notoriamente americana, como a Organização das Nações Unidas e das instituições originadas pelo acordo

de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio – OMC) e reordenar e revisar o foco dessas instituições para um caráter verdadeiramente global.

Neste item da construção de estruturas anti-hegemônicas, temos a participação ativa da Argentina em buscar apoio junto a comunidade internacional, para a devolução da soberania, em sintonia com os interesses dos habitantes, para se formar um só país, unido no território e na cultura, bem como a Grã-Bretanha e a China, procederam em 1997, quando da devolução do arquipélago de Hong Kong, para a soberania chinesa, com um sistema de “um país, dois sistemas”, e com quinze anos da devolução da ilha.

Observa-se, portanto, que a Argentina não possui os mesmos meios da China, pois a mesma não possui assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, atualmente está em crise econômica e os atores principais do globo não enfrentam a questão com a devida seriedade.

O arquipélago Malvinas é um posto observado de monitoramento numa região com riquezas no fundo do mar e com a informação da reinstalação da quarta frota americana no Atlântico Sul, cujo objetivo é o de vigiar o fluxo e intimidar os países que se opõem a Washington.

Conclusão

Diante de todo o exposto, o conflito aqui apresentado é resultado de uma disputa antiga que envolve dois Estados Soberanos (Reino Unido e Argentina), que procuram meios para justificar seu anseio.

O Reino Unido utiliza da geopolítica de controle dos mares como motivação para estabelecer sua presença em terras tão longínquas. A Argentina, por sua vez, contesta ao afirmar que as ilhas são parte integrante de seu território.

Com a descoberta de riquezas, agravam-se os ânimos. Há de se ressaltar que atualmente a Argentina possui o apoio de seus vizinhos ao seu pleito, que a deixa em posição mais sólida. Não só a soberania das Ilhas Malvinas está em questão, bem como a forma de exploração de riquezas oriundas da região.

O Reino Unido enxerga nas Ilhas Malvinas como mais uma de suas bases navais fora do continente europeu, tendo em vista a distribuição global de linhas de suprimentos. Como resultado parcial, podemos deduzir que o Reino Unido, ao invadir as Ilhas Malvinas não teve a animus de estabelecer uma colonização de povoamento, mas sim de exploração, visando seus objetivos mercantis.

Este é um conflito de natureza “*sui generis*” e sua importância é relevante para a aplicação do Direito Internacional e do posicionamento político dos Estados na região podem auxiliar ou não o pleito argentino.

O presente cenário nos levar a crer que há muitas discussões acerca deste tema, porém, o grande debate que se impõe nesta questão reside no fato de nos posicionarmos na aplicação mais adequada de conceitos de direito internacional que repousam na dialética da autodeterminação ou da ocupação colonial.

REFERÊNCIAS

AGENCIA ANGOLA PRESS. **Cresce tensão entre Argentina e Grã Bretanha por espionagem e petróleo nas Malvinas**. Notícias. Internacional. Buenos Aires, 10 abr 2015. Disponível em <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/internacional/2015/3/15/Cresce-tensao-entre-Argentina-Gra-Bretanha-por-espionagem-petroleo-nas-Malvinas,9e385d85-c15a-4a5e-999c-bcb030367327.html> acesso em 30 de abr 2015.

BANDEIRA, L. A. Moniz. **Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica**. Revista Espaço Acadêmico, ano 11. n. 132, p. 157-165, maio 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../9113>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

CABRAL, FS. **Rússia e Falkland (Malvinas)**. Radio Renascença. Opinião. Lisboa. 30 mar 201. Disponível em < http://rr.sapo.pt/opiniao_detalhe.aspx?fid=34&did=182766> acesso em 28 abr 2015

ESSE, L G; RODRIGUES, D G de O C. **Soberania nas Malvinas: autodeterminação dos povos versus direito territorial histórico**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 122, mar 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14504>. Acesso em ago 2015.

ESTADO DE S. PAULO. **Bloco proíbe navios com bandeiras da Ilhas Malvinas**. Economia. 21 de dez de 2011. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,bloco-proibe-navios-com-bandeira-das-ilhas-malvinas--813622,0.htm>> acesso em: 15 jul 2015

_____. **Visita do Príncipe William às Malvinas gera protesto em Buenos Aires**: grupo de extrema-esquerda Quebracho atirou bombas de tintas contra agência do HSBC. Internacional (EFE); 02 fev 2012. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,visita-de-principe-william-as-malvinas-gera-protestos-em-buenos-aires,830563,0.htm>> acesso 15 jul 2015

EXAME, **Presidente argentina vai ao Panamá com as Malvinas na agenda**. Mundo. Buenos Aires, 10 abr 2015. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/presidente-da-argentina-vai-ao-panama-com-malvinas-na-agenda>> acesso em 30 abr 2015

GARCÍA, V. **Petróleo e turismo podem ser futuro econômico das Malvinas**. Exame. Mundo. 13 mar 2013. Disponível em: (<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/petroleo-e-turismo-serao-futuro-economico-das-malvinas>). Acesso em: 17 jul 2015.

GLOBO.COM. **Malvinas aprovam domínio britânico: 98,8% kelpers votam pela permanência como área dependente do governo inglês**. Internacional. 11 mar 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticias/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>> acesso em 20 de jul 2015

GRAY, C S. **Strategy and History. Essays on theory and practice.** New York and Oxon: Routledge, 2006.

HER MAJESTY'S GOVERNMENT. Securing Britain in an Age of Uncertainty. **The Strategic Defense and Security Review.** London, 2010.

MAHAN, A T. **The Influence of Sea Power upon history 1660-1783.** New York: Dover Publication, 1987.

MARGHERITIS, A. Os recursos energéticos das ilhas Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, v.13, n.1, jan/jul 91, pp 111-132. Disponível em: < http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Margheritis_vol13n1.pdf>. Acesso em : 17 jul 2015.

MELLO, L I A. **Quem tem medo da Geopolítica.** São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1999.

MERCADO COMUM DO SUL. **Parlamento do Mercosul.** Declaração de junho de 2009. Disponível em: http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/238/1/decl.06_2009_pt.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2015

OLIVEIRA, M A G. (org.). **Comparando a defesa sul-americana.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

OLMOS, M. **Presidente argentina vai a Moscou fechar acordos de energia.** Mundo. Buenos Aires, 21 abr 2015. Disponível em <<http://www.valor.com.br/internacional/4015434/presidente-da-argentina-vai-moscou-para-fechar-acordos-de-energia>> acesso em 30 abr 2015

PRESSE, F. Malvinas: **Unasul entrega à ONU declaração em apoio à Argentina.** G1, 2 de abril de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/malvinas-unasul-entrega-a-onu-declaracao-em-apoio-a-argentina.html>>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

REIS, R G G. Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira. **Revista Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro: 2T/2014.